

ENTRELAÇANDO REDES DE MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESTRAVANDO LIMITES, AMPLIANDO HORIZONTES E CONSTRUINDO ESPERANÇAS

Maria Raquel Caixeta Gandolfi, Adelaine Siqueira de Jesus, Dorismar Linhares Pinto, Cirlany Sousa Matos, Peterson Elizandro Gandolfi

Resumo

O presente relato de experiências tem como objetivo trazer à comunidade acadêmica práticas desenvolvidas em redes de economia solidária, especificamente entre mulheres em três regiões distintas, mas seguindo a mesma lógica de construção de apoio e autonomia para essas mulheres em situação de vulnerabilidade social e pessoal, as quais, a partir da construção dessas redes, foram abraçadas por essa economia amorosa e solidária. O relato foi possível a partir da troca de experiências entre mulheres coordenadoras que se voltam para outras mulheres, em projetos em Minas Gerais, Pará, Ceará, todas que se entrelaçaram a partir do curso de Especialização em Economia Solidária, Inovação e Gestão Social (EESIGS) da Universidade Federal do Cariri (UFCA), por vínculos de solidariedade e redes de apoio, compartilhando vivências em meio à casa rosa, tecidos e sonhos. A metodologia qualitativa, baseada em estudos de caso múltiplos e observação participante, revelou convergências entre as iniciativas, como o protagonismo feminino, a articulação em redes multissetoriais e a dimensão pedagógica emancipatória. Os resultados destacam que a economia solidária transcende a geração de renda, atuando como ferramenta de resistência ao capitalismo ao integrar cuidado coletivo, formação crítica e acolhimento psicossocial. Conclui-se que tais experiências, apesar de desafios como dependência de doações e fragilidades institucionais, oferecem modelos alternativos de desenvolvimento pautados na justiça social e na dignidade humana.

Palavras-chave

mulheres; redes; EESIGS; economia solidária.

Abstract This experience report aims to present to the academic community practices developed within Solidarity Economy networks, specifically among women in three distinct regions of Brazil who, despite their different contexts, share a common pathway of building mutual support and autonomy in situations of social and personal vulnerability. Through the creation of these networks, the participating women found themselves strengthened and supported by an affective and solidarity-based economic approach. The report emerges from the exchange of experiences among women coordinators working with other women in projects located in Minas Gerais, Pará, and Ceará, all of whom became connected through the EESIGS Specialization Program at UFCA. Their interactions were shaped by bonds of solidarity and support networks, sharing lived experiences symbolically represented by the “pink house,” fabrics, and collectively nurtured dreams. The qualitative methodology, based on multiple case studies and participant observation, revealed convergences among the initiatives, including women’s protagonism, multisectoral networking, and an emancipatory pedagogical dimension. The findings indicate that the Solidarity Economy transcends income generation, functioning as a tool of resistance to capitalism by integrating collective care, critical education, and psychosocial support. Despite challenges such as reliance on donations and institutional fragilities, these experiences offer alternative development models grounded in social justice and human dignity.

Keywords women; networks; EESIGS; solidarity economy.

INTRODUÇÃO

A economia solidária emerge como um paradigma transformador, desafiando as estruturas convencionais do capitalismo ao priorizar a cooperação, a reciprocidade e o bem-estar coletivo em detrimento da acumulação individual (Singer, 2002). Relatar experiências concretas torna-se fundamental porque permite evidenciar, de forma situada e empiricamente ancorada, como esses princípios se materializam nas práticas cotidianas de sujeitos reais, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A sistematização dessas vivências não apenas amplia a compreensão teórica do campo, mas também revela processos formativos, desafios, estratégias de resistência e caminhos de emancipação possíveis. Nesse sentido, o presente relato de experiência tem como objetivo apresentar como a trajetória de grupos de mulheres de três localidades distintas (Minas Gerais, Pará e Ceará), entrelaçadas pelos princípios da ajuda mútua, da rede de apoio e de práticas coletivas e amparadas pela proposta de economia solidária, contribui para a construção de autonomia, pertencimento e alternativas econômicas mais justas.

Nessas experiências, as decisões são tomadas considerando não apenas os interesses individuais, mas o impacto sobre a comunidade, valorizando a empatia, a colaboração e práticas

ligadas à reciprocidade, conforme a leitura de Polanyi (2000). Os relatos também se apoiam na proposta de “rejuntar” o que foi separado e (re)imbricar a solidariedade na economia, uma vez que esta não se resume aos mercados, conforme argumentam França Filho e Eynaud (2024). Assim, propõe-se, por um lado, a articulação de princípios econômicos diversos e, por outro, a ressignificação do mercado à luz da justiça social e da coletividade.

A economia solidária nada mais é do que um meio de geração de renda coletiva que se opõe aos valores capitalistas, que pregam o individualismo e o acúmulo de bens individuais (França Filho, 2007). Na economia solidária, o fator individual é substituído pela coletividade e pelo cooperativismo que se foca no fator social e humano, gerando condições de vida ao conjunto e não à unidade, como é no sistema capitalista tradicional, através da produção de bens, serviços e obtenção de meios sustentáveis para sua plena realização, desenvolvimento e sustentabilidade, focado nos aspectos sociais e humanos, produzindo bens e serviços e garantindo meios sustentáveis para a realização e a sustentabilidade do conjunto. Essa compreensão dialoga com a análise de Eidelwein (2009), que interpreta a economia solidária como possibilidade concreta de modelo de gestão social, uma vez que articula direitos sociais, mundo do trabalho e democracia participativa. Para a autora, a economia solidária desloca o eixo da gestão para o controle coletivo da produção e para a ampliação da participação de grupos historicamente marginalizados, reforçando seu caráter inclusivo e emancipatório.

O debate se estende para se pensar em situações do funcionamento da economia a partir da redistribuição e reciprocidade, atreladas ao dar-receber-retribuir, conforme o princípio da dádiva de Mauss (2003). Isso representa, nos termos de Polanyi (2000), a economia substantiva. Postas essas questões, é notório que a solidariedade é a base e princípio norteador da economia solidária, onde as decisões são tomadas considerando não só os interesses individuais, mas o impacto sobre a comunidade valorizando a empatia, o apoio mútuo e a colaboração, práticas vinculadas à reciprocidade, conforme a leitura de Polanyi (2000).

Desse modo, a economia solidária se materializa em decisões que consideram o impacto coletivo, reforçam o apoio mútuo e fomentam a colaboração, isto é, aspectos que encontram correspondência com a concepção de gestão social apresentada por Gomes (2017). O autor destaca que, especialmente em Minas Gerais, a gestão social tem se constituído como instrumento central para fortalecer os empreendimentos solidários ao integrar mobilização popular, políticas públicas e espaços participativos consolidados após a Constituição de 1988. Embora essencial para a emancipação dos sujeitos, Gomes (2017) ressalta uma contradição estrutural: a economia solidária, mesmo transformadora, muitas vezes se converte em estratégia de sobrevivência, tensionada pelas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, o que impede sua ruptura plena com o modelo hegemônico.

A economia popular solidária não deve ser compreendida como uma “economia de pobres”, ou “ocupação temporária para desempregados”. Ao contrário, ela convida a refletir sobre outra forma de produzir valores na sociedade e outras formas de distribuí-los nesta, orientadas por princípios de solidariedade, cooperação e justiça social. Nesse sentido, o conceito de bem viver, conforme proposto por Acosta (2016), apresenta-se como uma oportunidade

para construir coletivamente uma nova forma de organizar a vida. Ao propor a superação do capitalismo, inscreve-se na linha de uma mudança civilizatória, forjando-se nos princípios da interculturalidade, da reciprocidade, da complementaridade, do regresso aos valores de uso e da oposição ao conceito de acumulação perpétua. Trata-se, portanto, de construir caminhos sustentáveis e inclusivos voltados à emancipação dos setores populares e historicamente marginalizados.

Quando se volta a atenção para esses grupos de mulheres, a maioria está inserida em um contexto de vulnerabilidade social e pessoal, baixa renda, baixo acesso à saúde e educação, e alocada em territórios distantes. É sabido que a economia capitalista, por sua natureza, deixa lacunas no que diz respeito à produção e distribuição da renda e do produto, para proporcionar bem-estar, acesso à renda e vida digna na sociedade, principalmente para esses grupos considerados excluídos dos meios de produção, seja pela ausência de oportunidades, habilidades, qualificação, renda etc., e que por isso formam um contingente grande de inaptos e invisíveis na sociedade. Desse modo, pensar em formas plurais de alternativas, nos termos de Polanyi (2000), atreladas à reciprocidade e redistribuição é importante. É relevante, também, entender as formas gradativas que a economia solidária se manifesta (Gaiger; Ferrarini; Verosene, 2018) e como ela é importante para se construir novas redes, em que a ajuda mútua e a solidariedade se manifestam, e para a criação de oportunidades para um bem viver que considere a realidade de grupos vulneráveis, os quais necessitam de uma vida digna.

Em se tratando especificamente das mulheres e economia solidária, Guerín (2005) aponta que essa forma de organização tem contribuído para a criação de novos espaços de inclusão, dando voz às mulheres e promovendo maior aproximação entre elas. No entanto, a autora também alerta que, apesar do discurso emancipatório, persistem desigualdades de gênero mesmo nesse campo. Tais limitações revelam os desafios da utopia de emancipação feminina na economia solidária. Em muitos casos, observa-se que as mulheres se sentem mais acolhidas e ouvidas nos espaços coletivos, sobretudo em processos marcados pela cooperação, solidariedade e justiça social. Contudo, ocupar posições de liderança e decisão ainda representa um caminho difícil, especialmente para aquelas em situação de maior vulnerabilidade.

Essa realidade encontra paralelos no estudo de Santos, Resende e Lopes (2023), que analisaram a Associação de Moradores do Bairro Metropolitano de Ribeirão das Neves (Asmobam) sob a ótica da economia solidária, da Gestão social e da democracia deliberativa. As autoras e o autor evidenciam que a Asmobam adota princípios de autogestão, possui estrutura não hierárquica e orienta-se por necessidades coletivas, características essas que reafirmam seu caráter solidário. Contudo, identificam desafios significativos, como sobrecarga da direção e limitação de recursos, que dificultam a efetividade da gestão social. O entrave mais crítico, porém, é a baixa participação da comunidade, que enxerga a associação como mero espaço de serviços e reclamações, reproduzindo práticas assistencialistas que comprometem a democracia participativa. Essa constatação reforça que a construção da autogestão e da emancipação exige não apenas estruturas organizacionais democráticas, mas também processos formativos e culturais capazes de ampliar o engajamento comunitário.

Este relato contribui significativamente para o campo da economia solidária ao sistematizar experiências autogestionárias conduzidas por mulheres em diferentes regiões do Brasil. As iniciativas analisadas demonstram como a solidariedade, a reciprocidade e a autogestão podem gerar autonomia, pertencimento e transformação social em contextos de vulnerabilidade. Ao evidenciar o protagonismo feminino, o estudo reforça a perspectiva emancipatória da economia solidária, mostrando que essas práticas vão além da geração de renda, promovendo autoestima, dignidade e vínculos comunitários. O relato também oferece exemplos concretos de gestão social de empreendimentos solidários, contribuindo empiricamente para o debate acadêmico. Ressalta-se, ainda, o papel estratégico da universidade na articulação entre saberes acadêmicos e populares, fortalecendo a produção coletiva de conhecimento. Fundamentada em abordagem qualitativa e situada, a pesquisa reconhece as vivências das mulheres como fontes legítimas de conhecimento e resistência, apontando alternativas concretas para práticas econômicas mais justas e humanizadas.

Além disso, estudos recentes aprofundam essa compreensão ao evidenciar que as estratégias de sobrevivência das mulheres em territórios marginalizados não se limitam às dimensões econômicas, mas abrangem de forma central a gestão do cuidado. A pesquisa qualitativa desenvolvida por Araújo (2024) examinou as noções de cuidado que emergiram entre mulheres negras, indígenas e rurais durante e após a pandemia de covid-19, evidenciando como gênero, raça, classe e território se entrelaçam na produção cotidiana da vida. A autora demonstra que a chamada “crise do cuidado” não constitui um fenômeno recente para essas mulheres, mas um continuum histórico enraizado no legado escravocrata brasileiro, no qual o trabalho doméstico e o cuidado foram sistematicamente desvalorizados e racializados. Apesar da necropolítica e da desproteção estatal acentuadas pela pandemia, o estudo revela a potência das redes comunitárias, da ancestralidade e dos saberes locais como formas de resistência, reconstrução e sustentação da vida, elementos esses que dialogam diretamente com os princípios de solidariedade, reciprocidade e autogestão que fundamentam a economia solidária.

Para fins de organização, este relato está estruturado em quatro partes principais. A primeira aborda os fundamentos teóricos da economia solidária, com ênfase em seu potencial emancipatório e na crítica ao modelo capitalista hegemônico. A segunda parte descreve a metodologia adotada, destacando o uso de estudos de caso múltiplos e da observação participante como estratégias de aproximação com as realidades analisadas. A terceira seção apresenta uma análise comparativa das experiências relatadas, evidenciando tanto suas convergências quanto as especificidades de cada contexto. Por fim, a última parte reúne as considerações finais, reforçando a necessidade de políticas públicas que reconheçam, ampliem e sustentem iniciativas baseadas na solidariedade, na autogestão e na inclusão social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa qualitativa adota como estratégia metodológica o estudo de casos múltiplos, contemplando três experiências comunitárias distintas, situadas nas regiões

Sudeste, Norte e Nordeste do Brasil: as Redes de Costura em Patos de Minas (MG), a Associação Amigas do Peito – Casa Rosa em Santarém (PA) e a Associação Maria Mãe da Vida, com atuação em Fortaleza, Quixadá e Juazeiro do Norte (CE). A escolha desses três casos se justifica pela diversidade geográfica, sociocultural e institucional das iniciativas, que, apesar de suas especificidades, compartilham fundamentos comuns alinhados à economia solidária, à autogestão e à promoção da dignidade de mulheres em contextos de vulnerabilidade social.

O critério central para a seleção foi a presença de ações concretas de fortalecimento de mulheres por meio de práticas solidárias, formação profissional, protagonismo comunitário e acolhimento humanizado. Além disso, os três casos são vinculados a práticas de gestão coletiva e apresentam experiências relevantes de articulação entre sociedade civil organizada, voluntariado, políticas públicas e universidade.

Comparativamente, as três experiências demonstram congruências significativas, tais como:

- a) centralidade das mulheres como sujeitos políticos, lideranças e beneficiárias diretas das ações;
- b) promoção da autonomia econômica por meio da qualificação profissional e geração de renda (como costura, panificação, artesanato e estética);
- c) práticas de autogestão e cooperação, evidentes na condução coletiva das atividades, no compartilhamento de responsabilidades e na corresponsabilidade dos resultados;
- d) adoção de princípios da economia solidária, como solidariedade, reciprocidade, alteridade, cuidado e transparência;
- e) compromisso com a formação cidadã, integrando atividades educativas, culturais, espirituais e de saúde com vistas ao empoderamento integral das mulheres.

Assim, o estudo dos três casos proporciona uma visão comparada e abrangente da atuação da economia solidária no enfrentamento da exclusão social, especialmente no que se refere ao fortalecimento de mulheres em territórios periféricos. A abordagem comparativa favorece a identificação de padrões, aprendizados e inovações que contribuem para o avanço das práticas de autogestão em diferentes contextos. Esses casos ilustram, ainda, como as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), quando sustentadas por valores solidários, podem desempenhar papel estratégico na promoção da justiça social e no apoio à construção de projetos de vida mais dignos e sustentáveis.

Os dados deste estudo foram coletados de setembro de 2024 a julho de 2025, a partir de diversos encontros, múltiplas fontes e técnicas complementares, articulando análise documental e observação direta com base em referenciais da pesquisa qualitativa. Inicialmente, foram examinados diversos documentos institucionais produzidos pelas organizações analisadas, incluindo relatórios de atividades, registros fotográficos, materiais de divulgação e outros dados administrativos. Essa análise documental possibilitou compreender o histórico das iniciativas, seus objetivos, a estrutura de funcionamento e as ações desenvolvidas, oferecendo um panorama consistente da trajetória institucional de cada grupo.

Complementarmente, a equipe responsável pelo estudo participou de reuniões, oficinas e momentos formativos promovidos pelas associações, adotando uma postura de observação participante, fundamentada em autores como Brandão (2002) e Freire (1996) e orientada pela escuta ativa e empática. Essas vivências em campo permitiram apreender aspectos do cotidiano organizacional, observar as formas de tomada de decisão, as relações estabelecidas entre os sujeitos e as dinâmicas internas de funcionamento, promovendo uma compreensão mais profunda e situada das práticas autogestionárias presentes nos contextos investigados.

A análise dos dados foi conduzida segundo os procedimentos da análise temática, conforme proposta clássica de Braun e Clarke (2006), que compreende a identificação, organização e interpretação de padrões de sentido presentes nos materiais empíricos. Trata-se de um método flexível e amplamente utilizado em pesquisas qualitativas, permitindo examinar tanto elementos recorrentes quanto singularidades expressivas nas experiências analisadas. As categorias analíticas não foram definidas previamente; ao contrário, foram construídas *a posteriori*, emergindo do exame sistemático dos registros, das observações participantes e das narrativas produzidas durante o acompanhamento dos grupos. Esse procedimento permitiu uma leitura aprofundada das práticas, destacando eixos comuns como solidariedade, reciprocidade, autogestão, cuidado e tensões entre assistência e emancipação que posteriormente fundamentaram a sistematização das convergências entre os casos. Assim, a análise temática possibilitou articular empiria e referencial teórico, fazendo emergir categorias que expressam tanto a singularidade dos contextos, quanto os elementos estruturantes que atravessam todos os grupos estudados.

Inspirada na abordagem de Bardin (2011), essa análise assumiu também um caráter categorial, no qual unidades de significado são agrupadas em eixos interpretativos que emergem do próprio *corpus*. As categorias não foram estabelecidas previamente; ao contrário, foram construídas *a posteriori*, a partir da leitura compreensiva e iterativa dos registros de campo, das narrativas e das observações participantes.

Por fim, não houve a necessidade de se submeter este estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), uma vez que a coleta de dados ocorreu por meio de formulário semiestruturado sem identificação dos participantes. Ressalta-se que investigações que não envolvem a identificação dos respondentes não requerem aprovação ética, conforme o Art. 1º da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510, de 7 de abril de 2016. Tal orientação é reforçada pelo Ofício Circular nº 17/2022 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), vinculada à Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde (SECNS), que explicita a dispensa de parecer do CEP para pesquisas de opinião pública com participantes não identificados (Brasil, 2022).

ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS EXPERIÊNCIAS

Esta seção apresenta os casos empíricos analisados, selecionados por representarem distintas expressões da economia solidária protagonizada por mulheres em contextos de

vulnerabilidade. As experiências, situadas em diferentes regiões brasileiras, permitem compreender práticas, metodologias, arranjos institucionais e resultados, evidenciando convergências e especificidades na promoção de autonomia, cuidado coletivo e emancipação social.

REDES DE COSTURA: PATOS DE MINAS (MG)

O projeto de costura e moda sustentável realizado nas organizações Posto de Assistência Chico Xavier (PACX) e Grupo de Assistência Social Proativo (Gasp) partiu de uma demanda das mulheres dos bairros Vila Rosa e Jardim Panorâmico, em Patos de Minas, e se constituiu em um grupo inicial de vinte mulheres, no PACX (Figura 1). Essas mulheres têm como perfil serem pobres, com filhos pequenos e muitas recebem assistência de cesta básica nesse posto de assistência. A partir de rodas de conversas e levantamento de interesses, elas requisitaram o curso de costura básico, com duração de três meses cada turma. Foram formadas duas turmas nesse local, que continuam aplicando os conhecimentos efetuando reparos, costura e gerando uma renda inicial para auxiliar a família. Já no bairro Jardim Panorâmico, no Gasp (Figura 2), seguimos a mesma lógica e metodologia e iniciamos com um grupo de quinze mulheres, primeiramente envolvidas no curso moda sustentável, e posteriormente integradas no aprendizado do ofício de costura. Essas mulheres, na sua maioria, são donas de casa com filhos pequenos ou avós que cuidam dos netos, e por já estarem inseridas em um modelo de cuidar, não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho. Iniciamos com a moda sustentável, em que elas aprenderam sobre customização de roupas, reaproveitamento, bolsas com garrafas pets e outros materiais reciclados. A partir do curso de moda sustentável, foi percebido o estabelecimento de laços de amizade e confiança entre elas, partilhando lanches, cafés, e a solidariedade quando tinham que levar os filhos pequenos ou netos. Além dessa ajuda mútua, em que aquelas com mais facilidade auxiliavam as com mais dificuldade, os laços de solidariedade se estabeleceram na prática e se mantiveram. Essa construção do capital social formado foi um ponto primordial para também aprender sobre costura.

Figura 1 – Aula de costura e algumas peças confeccionadas pelas mulheres no PACX (turma 1)



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2024).

Figura 2 – Aulas de costura e produto confeccionado no Gasp (turma 2)



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2025).

Estes projetos são desenvolvidos por meio do Centro de Incubação de Empreendimentos Solidários (Cieps), representando a Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O Cieps

atua na incubação e assessoria de empreendimentos econômicos solidários, promovendo formação continuada, apoio técnico e organizativo. Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se:

- a) incubação e assessoria técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), com foco em autogestão, comercialização e sustentabilidade;
- b) formação continuada por meio de oficinas, cursos, rodas de conversa, vivências e capacitações temáticas voltadas à economia solidária e práticas emancipatórias;
- c) promoção da Feirinha Solidária, espaço de comercialização justa, troca de saberes, fortalecimento da rede solidária e conscientização sobre consumo responsável;
- d) desenvolvimento de projetos de extensão articulados ao ensino e à pesquisa, com participação discente e diálogo com comunidades;
- e) atuação em fóruns, redes e conselhos locais, regionais e nacionais de economia solidária, agroecologia, segurança alimentar e direitos humanos;
- f) produção de conhecimento, com publicação de artigos, livros, relatórios técnicos e participação em eventos científicos;
- g) organização de eventos acadêmicos e comunitários, como seminários, encontros territoriais e conferências populares;
- h) fortalecimento do Fórum Regional de Economia Popular Solidária (Freps) e apoio à organização de trabalhadores e trabalhadoras solidárias;
- i) parcerias interinstitucionais, envolvendo universidades, movimentos sociais, órgãos públicos e OSCs;
- j) desenvolvimento de metodologias próprias, baseadas em princípios de economia solidária, pedagogia libertadora e diálogo de saberes.

No município de Patos de Minas, a proposta justifica-se pela criação de condições adequadas para mitigar a discriminação e a vulnerabilidade social das participantes. O objetivo é fomentar a autonomia na geração de trabalho e renda. A escolha pelo ramo da costura ocorreu de forma participativa, após rodas de conversa nas quais as próprias mulheres identificaram essa atividade como potencial transformador.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PEITO – CASA ROSA: SANTARÉM (PA)

O câncer afeta pessoas de todas as partes do mundo, independentemente de sexo, etnia ou classe social. Embora os avanços científicos tenham transformado a doença, tornando-a menos fatal, ainda causa grande sofrimento, especialmente para aqueles que precisam se deslocar para tratamentos fora de seus domicílios, enfrentando dificuldades financeiras.

A Associação Amigos do Peito Casa Rosa, fundada em 11 de julho de 2016, é uma instituição jurídica de direito privado, legalmente constituída como sociedade civil sem fins lucrativos e com objetivos não econômicos. Tem como objetivo oferecer acolhimento a

mulheres diagnosticadas com câncer, em situação de vulnerabilidade social, impossibilitadas de realizar tratamento em seus municípios por falta de estrutura e recursos adequados. Proporcionando orientação em relação às dificuldades médicas, psicológicas, sociais, materiais e jurídicas, sem distinção de qualquer natureza, a Casa Rosa promove campanhas, oficinas, palestras, encontros e seminários, com a finalidade de promover qualidade de vida e dignidade para as mulheres em tratamento contra o câncer.

A associação oferece também, um ambiente acolhedor para mulheres em tratamento contra o câncer, proporcionando conforto e apoio emocional. Pioneira no acolhimento feminino na região oeste do Pará, ela visa minimizar o medo, a solidão e a ansiedade das pacientes, criando uma sensação de estar em casa. Equipada de forma diferenciada, a Casa Rosa oferece suporte estrutural e emocional, sendo um alicerce essencial para mulheres que, devido ao diagnóstico de câncer, precisam se afastar de suas casas e famílias. Mantida pela solidariedade e apoio de voluntários e parceiros, a instituição já acolheu mulheres de diversas cidades e até de outros estados.

Desde sua fundação, a Casa Rosa já acolheu 195 mulheres (pacientes) e suas acompanhantes, oriundas de diversos municípios paraenses, como: Alenquer, Altamira, Anapu, Concórdia do Pará, Itaituba, Juruti, Medicilândia, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Rurópolis e Uruará, além de comunidades do interior de Santarém e de outros estados, como o Amapá. Atualmente, a instituição oferece assistência continuada a cerca de cinquenta mulheres residentes em Santarém, em situação de vulnerabilidade. Sua manutenção é realizada exclusivamente por meio de doações, trabalho voluntário e parcerias com a sociedade civil. Não há repasse fixo de recursos governamentais. Reconhecida por sua relevância, a associação possui os títulos de Utilidade Pública municipal e estadual. A maior meta atual é a conquista de uma sede própria, o que permitirá ampliar o número de atendimentos, garantir maior estabilidade e fortalecer sua atuação institucional.

Figura 3 – Atividades: rodas de conversa e acolhimento – Associação Casa Rosa Amigos do Peito



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2025).

A Associação Amigos do Peito Casa Rosa desenvolve um conjunto articulado de atividades voltadas ao acolhimento, apoio integral e fortalecimento de mulheres em tratamento

oncológico. Suas ações contemplam tanto o suporte material quanto o emocional, pedagógico e comunitário, com foco na promoção da dignidade, da autonomia e da qualidade de vida das pacientes atendidas. Entre as principais atividades propostas, destaca-se o acolhimento humanizado (Figura 3), que inclui hospedagem, alimentação e cuidados diários oferecidos gratuitamente a mulheres vindas de municípios do interior do Pará e de outros estados, como o Amapá, que precisam permanecer na cidade para realizar tratamento oncológico. Paralelamente, a Casa Rosa oferece atendimento psicossocial, com escuta qualificada, apoio emocional e orientação para enfrentamento dos desafios vivenciados durante o tratamento (Figura 3). A associação também promove atividades de fortalecimento da autoestima e bem-estar, como oficinas de perucas, maquiagem, customização de bonés e confecção de sutiãs pós-mastectomia. Tais ações têm o propósito de resgatar a identidade e a autoconfiança das mulheres, muitas vezes afetadas pelas mudanças físicas e emocionais decorrentes do câncer. Soma-se a isso a oferta de oficinas de culinária, artesanato, pintura (Figura 4) e confecção de bijuterias, que estimulam a criatividade, a convivência e a geração de renda.

Além das ações internas, a Casa Rosa realiza campanhas de conscientização, como o Outubro Rosa, e promove eventos esportivos, feiras e seminários com o objetivo de mobilizar a sociedade e articular redes de apoio. A participação ativa das mulheres nas decisões da associação e nas atividades comunitárias reforça o caráter autogestionário da iniciativa e o protagonismo das pacientes como agentes de transformação social.

Ser uma rede de apoio para mulheres que enfrentam o câncer é a principal função da Casa Rosa, oferecendo não apenas um ambiente acolhedor, mas também suporte emocional, psicológico e até mesmo jurídico. O acolhimento humanizado que a instituição proporciona é essencial para aliviar o sofrimento de pacientes que, muitas vezes, precisam viajar de regiões distantes e enfrentar dificuldades logísticas e financeiras durante o tratamento.

Figura 4 – Atividades: corte cabelo, bazar e aulas de pinturas



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2025).

A associação tem, entre suas diretrizes, solidariedade, apoio mútuo, transparência, ética, cuidado e reciprocidade, valores concomitantes de uma economia solidária colocada na prática de suas ações. Entre as diversas ações desenvolvidas no local, citam-se: rodas de conversas; atividades esportivas; encontro de terapia comunitária; oficinas de biojoias; oficinas de confecções de perucas; oficinas de maquiagem; oficinas de autocuidado; oficinas de desenhos; oficinas de chocolates; realização de almoços solidários; colaboração e viabilização do fortalecimento da rede de apoio das pacientes; organização, todos os meses, de um café compartilhado para troca de histórias e de apoio as pacientes; bazares; *workshops*, encontros e seminários.

É, contudo, primordial, para a associação, o acolhimento amoroso dessas mulheres, cuja situação de vulnerabilidade social impossibilita a realização de tratamento em seus municípios por falta de estrutura e recursos adequados. Esse caráter solidário e comunitário tem superado desafios, mantendo-se firme em sua missão de garantir dignidade e qualidade de vida para essas mulheres.

ASSOCIAÇÃO MARIA MÃE DA VIDA: FORTALEZA, QUIXADÁ E JUAZEIRO DO NORTE (CE)

A Associação Maria Mãe da Vida (AMMV) é uma associação, construída junto às mulheres em situação de vulnerabilidade social e ações que contribuem para redução do desemprego, promoção de empreendimentos, empoderamento individual e coletivo. Em resposta à situação de pobreza, miséria, desemprego, fome, marginalização, violência física e psicológica que a mulher sofre, surge a Associação Maria Mãe da Vida, que define sua missão baseada em valores cristãos de acolhimento e proteção à vida, defendendo a dignidade de crianças, adolescentes e mulheres. É uma OSC, criada em 1993, que realiza a missão exclusivamente com o público feminino, de 9 a 21 anos, sendo que a idade máxima varia de acordo com as necessidades e demandas do carisma.

A instituição foi fundada pelo Pe. Adolfo Seripierro, sacerdote e médico obstetra que, tocado pela realidade de sofrimento de muitas crianças, adolescentes e mulheres vítimas da exploração sexual, foi inspirado a iniciar um trabalho missionário junto às Missionárias Camilianas Maria Mãe da Vida, para visitar e escutar as mulheres nas periferias da cidade de Fortaleza. Ele percebeu, a partir das queixas e demandas desse público, a necessidade de construir centros de convivência, espaço de promoção da dignidade humana, empoderamento e transformação da realidade, para que, desse modo, aquelas mulheres aprendessem a buscar seu autossustento.

O primeiro centro foi construído em Fortaleza, Ceará, abrangendo posteriormente o interior do estado. Em 2005, fomos para Quixadá e em 2009 para Juazeiro do Norte, onde o índice de exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, gravidez na adolescência e violência contra a mulher são predominantes. Nesses espaços, denominados de Centros de Convivências, a instituição oferece: atividades de iniciação profissional (curso de corte costura básico e avançado, enxoval, informática, manicure, depilação, panificação,

cabeleireiro, artesanato e pintura etc.); atividades culturais (teatro, violão, dança etc.); atividades esportivas (esportes e hidroginástica); atendimento médico (obstetrícia e ginecológica); e atendimento social e psicológico, onde são atendidas anualmente em todo o Ceará em média mil beneficiárias nas cidades mencionadas. Outro ponto de referência é o Centro Terapêutico Marcello Cândia, na cidade de Juazeiro do Norte, com capacidade de acolhimento interno para quarenta mulheres em situação de dependência química. São nesses locais que oferecemos oportunidade profissional, formação profissional, acompanhamento psicológico e espiritual. Durante esses trinta anos de missão, a AMMV proporciona vida digna para milhares de mulheres, fazendo-as crerem que são protagonistas de suas vidas e histórias.

A formação e qualificação profissional constitui um dos pilares centrais da atuação da AMMV, especialmente no enfrentamento à vulnerabilidade social e à exclusão produtiva. Por meio de uma abordagem prática, inclusiva e voltada à autonomia, a entidade oferta cursos de iniciação profissional e geração de renda que visam ampliar as oportunidades de trabalho digno para mulheres, jovens e famílias atendidas.

Os cursos oferecidos abrangem áreas de grande demanda comunitária e potencial de retorno imediato, como:

- a) corte e costura (Figura 5): promove o desenvolvimento de habilidades em confecção, ajustes e criação de peças, possibilitando a atuação autônoma ou em cooperativas de costura;
- b) manicure e pedicure: capacita para atuação no setor de estética, uma das áreas com maior geração de renda informal, com vistas à profissionalização e empreendedorismo;
- c) panificação e culinária: ensina técnicas de produção de pães, bolos e alimentos diversos, contribuindo para a alimentação familiar e a geração de renda por meio de vendas diretas;
- d) informática: oferece formação básica em ferramentas digitais, contribuindo para a inclusão digital e ampliando as possibilidades de inserção no mercado formal e informal;
- e) pintura em tecido e artesanato (Figura 6): incentiva a criatividade, a valorização da cultura local e a produção artesanal como forma de expressão e sustento, promovendo também o fortalecimento da identidade e autoestima.

Essas atividades são desenvolvidas em articulação com parcerias estratégicas, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Social do Comércio (Sesc) e universidades, e contam com apoio de voluntários e educadores sociais. A proposta da AMMV é mais do que capacitar tecnicamente: é formar sujeitos protagonistas, capazes de transformar sua realidade por meio do trabalho, da solidariedade e da dignidade.

Figura 5 – Atividades de costura – AMMV

Fonte: arquivo pessoal dos autores (2025).

A instituição sobrevive de doações e a demanda é maior que a equipe de trabalho, tornando difícil, muitas vezes, visitar todas as participantes e ainda fazer busca ativa nas praças e bordéis das cidades. Diante da realidade existente, tudo que é angariado nas doações, roupas, tecidos, cestas básicas frutas e verduras, é posto como comum. O trabalho e atividades em sua maioria são realizados por educadores, sociais, voluntários e freiras, de forma gratuita e solidária. Por isso, se faz necessário novas parcerias, benfeitores e voluntários para que possam manter toda a estrutura física e as atividades funcionando para que essa grande missão continue servindo ao mundo.

Entre os principais resultados alcançados pela organização, destacam-se:

- a) atendimento direto/indireto a milhares de pessoas, com foco em atividades de iniciação profissional (como costura, manicure, panificação e informática) e ações de arte e cultura (artesanato, teatro, pintura e música);
- b) atuação voluntária e comunitária, sustentada por irmãs, funcionários e dezenas de voluntários que garantem o funcionamento diário das unidades;
- c) importante apoio em segurança alimentar, com doações regulares de hortifrutigranjeiros e pães através dos programas Mesa Brasil, Mais Nutrição e parcerias com padarias e supermercados locais;
- d) ações integradas de saúde, com estagiários de psicologia, enfermagem, odontologia e fisioterapia promovendo atendimentos e palestras informativas, além de parcerias com farmácias vivas para o uso de fitoterápicos.

Atualmente, existem mais de 400 mulheres beneficiárias diretas e 1600 beneficiárias indiretas. Já em Juazeiro do Norte, são 450 beneficiárias diretas e 1500 beneficiárias indiretas.

Figura 6 – Atividades: aula de pintura e confecção de tapetes – AMMV



Fonte: arquivo pessoal dos autores (2025).

CONVERGÊNCIAS ENTRE OS CASOS E DISCUSSÃO TEÓRICA

Apesar das diferenças de contexto e de enfoque, as três iniciativas analisadas guardam importantes convergências quanto ao papel da economia solidária no enfrentamento da exclusão social e na emancipação de mulheres periféricas. Em primeiro lugar, todas têm as mulheres como sujeito central, seja como trabalhadoras organizadas coletivamente (caso das redes de costura), seja como beneficiárias-autoras de processos solidários de cuidado e de aprendizagem (casos da Casa Rosa e da AMMV), em consonância com as análises de Guérin (2005) sobre a criação de novos espaços de inclusão e voz feminina na economia solidária. O protagonismo feminino configura-se, assim, como traço comum: em cada experiência, mulheres se articulam para suprir necessidades não atendidas pelo modelo econômico e social convencional, seja a falta de emprego, de acesso à saúde ou de oportunidades de qualificação, construindo soluções pautadas na cooperação, na reciprocidade e na ajuda mútua (Singer, 2002; Polanyi, 2000; França Filho, 2007). Esse protagonismo vincula-se intimamente a um processo de empoderamento, no qual as participantes assumem maior controle sobre suas trajetórias, ampliam sua autonomia financeira, fortalecem a autoestima e expandem seus conhecimentos, passando a influenciar positivamente seus territórios e redes de convivência, em sintonia com as reflexões de Gaiger, Ferrarini e Verosene (2018), Acosta (2016) e Araújo (2024) acerca da potência emancipatória das práticas solidárias na vida de mulheres em contextos de vulnerabilidade.

Outro ponto convergente é o enfoque na inclusão social. As três iniciativas enfrentam, cada qual em sua dimensão, formas específicas de marginalização que atingem mulheres em contextos vulneráveis: as costureiras de Patos de Minas lidavam com a exclusão do mercado de trabalho formal; as pacientes da Casa Rosa experimentavam exclusão geográfica e social no acesso à saúde; e as alunas da AMMV enfrentavam barreiras educacionais e econômicas. Em resposta, as iniciativas colocam em prática a lógica solidária de “não deixar ninguém para trás”, mobilizando princípios de reciprocidade e redistribuição que, conforme Polanyi (2000) e Mauss (2003), estruturam economias substantivas orientadas à vida comunitária. Assim, criam mecanismos concretos de inserção como trabalho coletivo para gerar ocupação e renda, acolhimento para garantir tratamento médico, cursos e oficinas para ampliar oportunidades, reafirmando a crítica de Singer (2002) e de França Filho (2007) à incapacidade do modelo capitalista hegemônico de integrar grupos historicamente excluídos.

Ao fazê-lo, essas práticas fortalecem o tecido comunitário e contribuem para a redução das desigualdades, fenômeno amplamente analisado por Gaiger, Ferrarini e Verosene (2018), que destacam o papel das redes solidárias na geração de pertencimento e proteção social. Ressalte-se, ainda, que a articulação em rede é parte constitutiva desse processo: seja a rede produtiva e institucional que sustenta os empreendimentos de costura, seja a rede de voluntários, doadores e serviços públicos que ampara a Casa Rosa e a AMMV. Tal articulação multissetorial envolvendo órgãos públicos, universidades, entidades da sociedade civil, igrejas e empresas locais exemplifica o que Eidelwein (2009) e Gomes (2017) identificam como gestão social: uma forma de organização que integra diferentes atores em torno de necessidades coletivas, ampliando a capacidade de ação e o alcance das iniciativas. Desse modo, evidencia-se o caráter coletivo, participativo e profundamente relacional da economia solidária.

Adicionalmente, observa-se um elemento pedagógico transversal às três experiências. A formação constitui-se como eixo central, seja em sua dimensão técnica e profissional, seja em sua dimensão humana, cidadã e solidária, expressa no compartilhamento de informações sobre saúde, direitos, autocuidado e apoio mútuo. Essa dimensão educativa ultrapassa a mera capacitação instrumental: ela promove processos de conscientização e politização, estimulando reflexões sobre direitos, autoestima, pertencimento e papel social, em consonância com o que defendem Acosta (2016) e Araújo (2024) ao enfatizarem a centralidade do cuidado, da autonomia e da construção coletiva de saberes na superação das desigualdades.

Em todas as iniciativas, as mulheres relatam aprendizados múltiplos: aprendem um ofício, aprendem a cuidar da própria saúde, aprendem sobre si mesmas e sobre suas capacidades; processos que se alinham ao entendimento de Gaiger, Ferrarini e Verosene (2018) acerca da economia solidária como espaço formativo, no qual a aprendizagem comunitária fortalece a autoconfiança, amplia horizontes e consolida vínculos de solidariedade. Tais aprendizagens constituem uma pedagogia prática e emancipadora, apoiada em relações de reciprocidade e no princípio da dádiva, conforme formulado por Mauss (2003) e retomado por Polanyi (2000) ao compreender a economia como enraizada nas relações sociais.

Em síntese, as convergências observadas indicam que a economia solidária, em suas diferentes modalidades e graus de institucionalidade, tem se configurado como estratégia

eficaz de enfrentamento das desigualdades de gênero, combinando geração de trabalho e renda com apoio social, formação integral e fortalecimento subjetivo. Assim, tanto em Minas Gerais quanto no Pará e no Ceará, evidencia-se o poder transformador da solidariedade econômica quando orientada ao empoderamento de mulheres das periferias, processo que reafirma as análises de Singer (2002) e França Filho (2007) sobre o potencial emancipatório de práticas econômicas baseadas na cooperação e no coletivo.

Embora compartilhem valores solidários e foco no empoderamento feminino, cada iniciativa apresenta características próprias quanto ao tipo de atividade, ao grau de autogestão, às formas de empoderamento e às estratégias de sustentabilidade.

Em Patos de Minas, as redes de costura assumem um perfil essencialmente produtivo, centrado na confecção e comercialização de roupas e acessórios. Configuram-se como empreendimentos econômicos solidários clássicos, organizados sob regime cooperativista e autogestionário, nos quais as próprias trabalhadoras decidem coletivamente sobre a produção, a gestão financeira e os rumos organizacionais. Esse modelo expressa, de forma concreta, o que Eidelwein (2009) e Gomes (2017) caracterizam como gestão social: tomada de decisão distribuída, participação ampliada e controle coletivo da produção. Além disso, aproxima-se das formulações de França Filho (2007) e Singer (2002), que identificam na economia solidária uma alternativa de geração de renda ancorada na cooperação, na democracia interna e na valorização dos sujeitos.

O empoderamento promovido nesse contexto é predominantemente econômico, manifestando-se na ampliação da renda, na autonomia financeira e na valorização profissional das mulheres envolvidas. Tal movimento dialoga com Gaiger, Ferrarini e Verosene (2018), que destacam a capacidade dos empreendimentos solidários de produzir autonomia material e reconhecimento social, bem como com Guerín (2005), para quem a atuação produtiva coletiva contribui para fortalecer a autoimagem e ampliar o espaço de participação das mulheres em suas comunidades.

Já a Casa Rosa, em Santarém, situa-se no campo socioassistencial, acolhendo gratuitamente mulheres em tratamento contra o câncer. Diferentemente dos empreendimentos produtivos, não há aqui foco na geração de renda ou na produção de bens, mas sim na oferta de acolhimento, cuidado e suporte emocional, configurando um ambiente em que a solidariedade se expressa principalmente por meio de práticas de reciprocidade e proteção, conforme apontam Polanyi (2000) e Mauss (2003) ao tratarem das formas substantivas da economia e do princípio da dádiva. A gestão da instituição é realizada majoritariamente por voluntárias, e as beneficiárias participam apenas das atividades internas, sem integrar a administração. Essa estrutura, ainda que não autogestionária, materializa o que Araújo (2024) identifica como redes de cuidado em territórios vulnerabilizados, nas quais o apoio comunitário, a escuta e a presença solidária constituem formas centrais de sustentação da vida, especialmente para mulheres atingidas por múltiplas desigualdades.

O empoderamento promovido pela Casa Rosa é, portanto, de natureza psicossocial, centrado na dignidade, no fortalecimento da autoestima e no suporte emocional durante o adoecimento. Essa dimensão relaciona-se às análises de Guerín (2005), que destaca como

os espaços solidários ampliam o sentimento de pertencimento e acolhimento das mulheres, ainda que nem sempre se convertam em espaços de participação decisória. Dialoga também com Acosta (2016), para quem práticas de cuidado, apoio mútuo e reconstrução da vida são componentes fundamentais de projetos coletivos orientados ao bem viver. Assim, a Casa Rosa evidencia que a economia solidária pode manifestar-se não apenas pela via produtiva, mas também pela criação de ambientes comunitários que protegem, cuidam e restauram subjetividades, contribuindo de modo decisivo para processos de empoderamento e resistência.

A AMMV, por sua vez, ocupa uma posição intermediária entre os modelos produtivos autogestionários e as iniciativas estritamente socioassistenciais. Embora não desenvolva diretamente atividades de produção e comercialização de bens, promove oficinas e cursos profissionalizantes que visam ampliar a autonomia econômica das participantes, aproximando-se do que França Filho (2007) define como estratégias solidárias de fortalecimento de capacidades e geração de meios sustentáveis de vida. Ainda que as mulheres não compo-
nham formalmente a diretoria, são continuamente incentivadas a assumir papéis de liderança, compartilhamento de saberes e participação ativa na dinâmica associativa. Essa característica dialoga com as reflexões de Guerín (2005), que destaca a importância de espaços coletivos que ampliem a voz e a presença das mulheres, ao mesmo tempo em que aponta os limites persistentes para sua plena inserção nos processos decisórios.

Quanto à sustentabilidade, os empreendimentos mineiros enfrentam desafios típicos do mercado solidário, tais como a necessidade de inovação constante, acesso a consumidores e competição desigual com a lógica capitalista – elementos já apontados por Singer (2002) ao discutir as tensões estruturais que limitam a expansão dos empreendimentos solidários em um ambiente econômico hegemonicamente competitivo. Já a Casa Rosa e a AMMV dependem majoritariamente de apoio externo (doações, parcerias e trabalho voluntário) e, por isso, enfrentam dificuldades contínuas na manutenção de recursos, situação que evidencia a vulnerabilidade das iniciativas baseadas predominantemente em redes de cuidado, conforme analisado por Araújo (2024).

As articulações em rede também diferem significativamente entre as experiências: enquanto as costureiras integram fóruns e espaços institucionais da economia solidária, configurando o que Eidelwein (2009) e Gomes (2017) identificam como práticas de gestão social e construção coletiva de agendas, a Casa Rosa e a AMMV se conectam sobretudo a redes filantrópicas, comunitárias e a políticas públicas setoriais. Tais diferenças ilustram a pluralidade de arranjos presentes na economia solidária, aspecto reiterado por Gaiger, Ferrarini e Verosene (2018), que enfatizam a existência de formas gradativas e híbridas de organização solidária.

Ainda assim, para que iniciativas como essas ganhem escala e sustentabilidade, torna-se imprescindível o fortalecimento de políticas públicas específicas, capazes de assegurar o reconhecimento institucional dos empreendimentos econômicos solidários, facilitar o acesso a financiamentos, ampliar oportunidades de capacitação técnica e apoiar a comercialização dos produtos. Esse argumento dialoga diretamente com França Filho e Eynaud (2024), que defendem a necessidade de reembricar a solidariedade e economia por meio de arranjos institucionais robustos, bem como com Acosta (2016), cuja perspectiva do bem

viver exige ações estatais que rompam com abordagens assistencialistas e promovam efetivamente justiça social.

Somado a isso, é necessário que tais políticas assumam caráter intersetorial, integrando assistência social, economia, educação e saúde, e incorporem de forma explícita uma perspectiva de gênero sensível às desigualdades estruturais que atravessam a vida das mulheres periféricas, conforme indicam Guerín (2005) e Araújo (2024). Com isso, o Estado deixa de atuar apenas como agente assistencial e passa a ser corresponsável pela promoção de modelos econômicos alternativos, mais justos, inclusivos e centrados na dignidade humana, alinhando-se ao horizonte transformador defendido por Singer (2002), Polanyi (2000) e Acosta (2016).

Por fim, as três experiências demonstram que não há um modelo único de economia solidária, mas múltiplas práticas adaptadas às realidades locais, que atuam contra a exclusão social por diferentes meios.

ASSISTENCIALISMO E EMANCIPAÇÃO E AS PRÁTICAS HÍBRIDAS DE SOLIDARIEDADE

Ao analisar conjuntamente os casos, torna-se evidente a presença de uma tensão estrutural entre práticas assistencialistas e práticas emancipadoras, especialmente no que se refere à Casa Rosa e à AMMV. Enquanto o empreendimento do Pará demonstra maior aproximação com a autogestão econômica descrita por Singer (2002) com geração de renda, deliberação coletiva e corresponsabilidade produtiva, as iniciativas mineiras apresentam um caráter híbrido, combinando elementos de solidariedade ativa com dinâmicas de doação, voluntariado e acolhimento. Tais práticas, embora distantes do modelo clássico de empreendimentos econômicos solidários, possuem relevância social significativa e não podem ser compreendidas como simples contradições, mas como respostas contextuais às vulnerabilidades extremas vivenciadas pelas mulheres.

Essa tensão pode ser situada no debate sobre a diferença entre caridade assistencial frequentemente verticalizada e reprodutora de relações hierárquicas e emancipação solidária, baseada em autogestão, reciprocidade e autonomia. Paul Singer reconhece que a economia solidária busca romper com lógicas tuteladoras, propondo a autogestão como fundamento organizativo e pedagógico. Entretanto, ao observar empiricamente casos como a Casa Rosa, percebe-se que a sustentação da vida e o cuidado cotidiano tornam-se prioritários em contextos de extrema vulnerabilidade, o que redefine o lugar da solidariedade e expande as fronteiras do próprio conceito de economia.

A Casa Rosa e a AMMV operam em um campo que Polanyi (2000) descreve como a interdependência entre reciprocidade, redistribuição e economia doméstica. Embora não configurem empreendimentos com geração de renda, mobilizam redes de apoio, redistribuição de recursos e práticas de cuidado coletivo que garantem o bem-estar físico, emocional e social das mulheres. Trata-se, assim, de práticas híbridas de solidariedade, nas quais ações assistenciais não anulam a dimensão emancipatória, mas constituem um passo inicial para que sujeitos fragilizados possam reconstruir vínculos, autoestima e capacidade de agência.

Nesses contextos, a assistência não deve ser compreendida como oposta à emancipação, mas como condição prévia para que a emancipação seja possível. Para mulheres que enfrentam violências, fome, precariedade extrema ou abandono familiar, a experiência do cuidado entendido como presença, escuta, suporte material e emocional torna-se a base sobre a qual novas possibilidades de autonomia podem ser construídas.

A noção de economia do cuidado, amplamente discutida por autoras feministas latino-americanas e recuperada pela pesquisa de Araújo (2024), oferece uma lente teórica essencial para interpretar iniciativas como a Casa Rosa. A economia do cuidado reconhece que o sustento da vida alimentar, curar, acolher, proteger, escutar, garantir sobrevivência material e emocional é uma função econômica, ainda que não remunerada e historicamente invisibilizada. Tal entendimento desloca o foco da produção para a reprodução social da vida, que é central para populações vulnerabilizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência evidenciou a potência da economia solidária como um modelo alternativo de organização econômica e social, capaz de promover inclusão, autonomia e empoderamento para mulheres em contextos de vulnerabilidade. As três iniciativas analisadas – as redes de costura em Patos de Minas (MG), Casa Rosa em Santarém (PA) e a AMMV (CE) – demonstraram, cada uma à sua maneira, como os princípios da solidariedade, cooperação e autogestão podem transformar realidades marcadas pela exclusão social, econômica e de gênero.

Algumas considerações podem ser tecidas sobre este relato de experiência. Primeiramente, foi observada a importância da economia solidária como um novo modo de se pensar a sociedade, uma economia plural, que busca uma relação horizontal, de escuta, cuidado e amor, seja pela dificuldade de acesso à renda, condições de vulnerabilidade em alguns casos psíquica, dificuldades de inserção na sociedade, seja pelo preconceito e invisibilidade, entre outros fatores. As mulheres, grupos estudados em várias partes do país, sofrem dos mesmos preconceitos e dificuldades, o que ficou claro no relato das três experiências.

As experiências compartilhadas revelaram que a economia solidária vai além da geração de renda; ela fortalece vínculos comunitários, resgata a autoestima e proporciona um espaço de acolhimento e escuta para mulheres que muitas vezes são invisibilizadas pela lógica capitalista. Em Patos de Minas, a costura tornou-se um instrumento de autonomia econômica e construção de redes de apoio. Na Casa Rosa, o acolhimento humanizado e as atividades terapêuticas ofereceram suporte emocional e dignidade para mulheres em tratamento contra o câncer. Já a AMMV mostrou como a formação profissional e o acompanhamento psicossocial podem abrir caminhos para a emancipação de mulheres e jovens em situação de risco.

Apesar das diferenças contextuais, as iniciativas convergiram em aspectos fundamentais. Em todas as experiências analisadas, o protagonismo feminino se destacou como um eixo central, evidenciando que as mulheres não apenas conduziram as ações, mas também foram as principais agentes de transformação em suas comunidades. Assumindo papéis

de liderança, elas demonstraram como a participação ativa pode gerar mudanças significativas, rompendo com estruturas tradicionais que muitas vezes as marginalizam. Essa diversidade de abordagens reforça a capacidade da economia solidária de se adaptar a diferentes realidades, sempre com o intuito de promover dignidade e autonomia.

A articulação em rede também se mostrou essencial para o sucesso dessas experiências. A colaboração entre instituições, voluntários, universidades e políticas públicas não apenas ampliou o impacto das ações, mas também garantiu maior sustentabilidade às iniciativas. Essa teia de parcerias ilustra como a força coletiva pode superar desafios estruturais, criando soluções mais robustas e integradas. A dimensão pedagógica emergiu como um eixo transversal em todas as experiências. Além de desenvolver habilidades técnicas, as formações proporcionadas fortaleceram a consciência crítica e a autoestima das participantes, capacitando-as não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade. Essa abordagem integral demonstra que a economia solidária vai além da economia: ela é, acima de tudo, uma ferramenta de emancipação humana.

A coexistência entre assistência e emancipação, longe de fragilizar o campo, reflete a pluralidade das economias reais, conforme defende Polanyi. As iniciativas analisadas mostram que, na prática, as fronteiras entre redistribuição (doações), reciprocidade (apoio mútuo) e autogestão (participação coletiva) são permeáveis e complementares. Assim, o relato evidencia que a economia solidária, na vida concreta das mulheres, não se reduz à geração de renda, mas envolve processos profundos de cuidado, reconexão, fortalecimento emocional e reconstrução comunitária. Esses elementos, embora muitas vezes classificados como “assistenciais”, são indispensáveis para que a autogestão e a emancipação floresçam.

Os desafios também foram evidentes, como a dependência de doações e voluntariado, a dificuldade de acesso a mercados solidários e a necessidade de maior apoio institucional. No entanto, essas limitações não diminuíram a relevância das iniciativas, mas reforçaram a urgência de políticas públicas e parcerias que fortaleçam a economia solidária como estratégia de desenvolvimento social.

Em síntese, o presente relato evidencia que a economia solidária funciona, nesses contextos, como prática de resistência às formas hegemônicas de organização econômica, ao articular cuidado, reciprocidade e justiça social. Longe de se restringir à geração de renda, as experiências analisadas apontam para a construção de sociabilidades alternativas, nas quais redes de mulheres reconfiguram sentidos de trabalho, de autonomia e de bem viver. As histórias das mulheres dessas três regiões do Brasil são testemunhos de que, mesmo em meio às adversidades, é possível “destravar limites, ampliar horizontes e construir esperanças”. Que essas experiências inspirem novas ações e políticas que valorizem a vida, a dignidade e a solidariedade como pilares de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como contribuição teórica, a articulação entre economia solidária e de cuidado permite ampliar a compreensão de emancipação ao reconhecer que a autonomia não se constrói apenas pela participação econômica, mas pelo fortalecimento de vínculos que sustentam a vida. Quando o trabalho coletivo incorpora práticas de apoio mútuo, escuta,

corresponsabilidade e proteção recíproca, transforma-se em um espaço onde as mulheres podem reconstruir trajetórias marcadas pela vulnerabilidade e pela desigualdade. Nesse sentido, o cuidado deixa de ser visto como uma atividade privada ou subordinada e passa a integrar o próprio modo de organizar a produção e a convivência, tornando-se dimensão estratégica da autogestão. Assim, a emancipação emerge não apenas como superação de barreiras materiais, mas como processo relacional e comunitário que reposiciona as mulheres como sujeitas de direitos, produtoras de conhecimento e protagonistas de alternativas econômicas mais justas. Ao unir cuidado e solidariedade, a economia solidária amplia horizontes de transformação social.

Este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. A análise qualitativa de três casos regionais restringe possibilidades de generalização dos resultados. Além disso, a ausência de dados quantitativos e de uma abordagem interseccional mais aprofundada (especialmente quanto à raça e classe) limita a compreensão dos impactos socioeconômicos das iniciativas e das desigualdades que as atravessam.

Pesquisas futuras devem superar essas lacunas metodológicas. Para avançar, sugere-se: estudos comparativos entre regiões; análises quantitativas de impacto socioeconômico; pesquisas sobre modelos alternativos de financiamento; acompanhamento longitudinal dos efeitos nas participantes; e investigações interseccionais sobre raça, classe e território. Esses aprofundamentos poderiam fortalecer a economia solidária como estratégia de inclusão e subsidiar políticas públicas mais efetivas para mulheres em vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

- Acosta, A. (2016). **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo, SP: Autonomia Literária.
- Araújo, D. F. M. S. S. de. (2024). Territórios de sobrevivência: mulheres negras e o cuidado pensado a partir de uma perspectiva interseccional. **Interethnica** – Revista de Estudos em Relações Interétnicas, Salvador, BA, v. 24, n. 1, p. 167-202.
- Bardin, L. (2011). **Análise de conteúdo**. Lisboa, PT: Edições 70.
- Brandão, C. R. (2002). **O que é método participativo**. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, London, UK, v. 3, n. 2, p. 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Brasil. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde. Ministério da Saúde. (2022). **Ofício Circular Conep/SECNS/MS n. 17, de 5 de julho de 2022**: orientações acerca do artigo 1º da Resolução CNS n. 510, de 7 de abril de 2016. Brasília, DF: Conep: SECNS: MS.
- Eidelwein, K. (2009). Gestão social: a economia solidária como possibilidade de modelo. **Juris**, Rio Grande, RS, v. 14, p. 41-54.

França Filho, G. C. (2007). Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, RS, v. 7, n. 1, p. 155-174.

França Filho, G. C., & Eynaud, P. (2024). **Solidariedade e organizações**: pensar uma outra gestão. Salvador, BA: Edufba: Ateliê de Humanidades.

Freire, P. (1996). **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Gaiger, L. I. G., Ferrarini, A., & Verosene, M. (2018). O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 61, n. 1, p. 137-169.

Gomes, J. R. (2017). As políticas públicas e a economia solidária: a gestão social como ferramenta para a economia solidária. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, São Paulo, SP, v. 2, n. 2, p. 359-373.

Guerín, I. (2005). **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo, SP: Edições Loyola.

Mauss, M. (2003). **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Tradução: H. Costa. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Polanyi, K. (2000). **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro, RJ: Campus.

Santos, G. G., Resende, D. D., & Lopes, D. P. T. (2023). Economia solidária, gestão social e democracia deliberativa: um estudo de caso da Associação de Moradores do Município de Ribeirão das Neves. **Revista NAU Social**, Salvador, BA, v. 14, n. 26, p. 1262-1278.

Singer, P. (2002). **Introdução à economia solidária**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.